



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LETÍCIA CAVALCANTE DE VASCONCELOS

O SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA APAE-CG: demandas e possibilidades do exercício profissional

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

LETÍCIA CAVALCANTE DE VASCONCELOS

O SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA APAE-CG: demandas e possibilidades do exercício profissional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V331s Vasconcelos, Leticia Cavalcante de.

O serviço social e pessoa com deficiência na APAE-CG [manuscrito] : demandas e possibilidades do exercício profissional / Leticia Cavalcante de Vasconcelos. - 2017.

41 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Pessoa com Deficiência. 2. Terceiro Setor. 3. Associação de pais e amigos dos excepcionais. 4. Assistência social . 5. Inclusão social .

21. ed. CDD 362.4

LETÍCIA CAVALCANTE DE VASCONCELOS

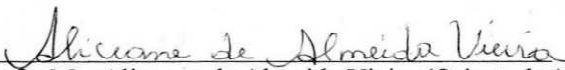
O SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA APAE-CG: demandas e possibilidades do exercício profissional

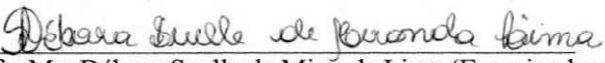
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.


Orientadora: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

Aprovada em: 07/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Ma. Débora Suelle de Miranda Lima (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Romilda Nascimento Oliveira (Examinadora)
Assistente Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/CG

Dedico ao meu Deus, Autor e Consumador da minha
fê e aos meus pais pela educação que me deram base
perfeita para construir o meu saber.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pela sua graça e misericórdia que me fizeram até aqui chegar.

Agradeço de forma especial aos meus pais, Marilene e Rafael, por terem acreditado que valeria a pena abdicar de seus sonhos, para realizar os meus. Muitas são as palavras que eu gostaria de lhes dizer, agradecer somente é pouco, diante de tudo que vocês fizeram e fazem por mim. AMO VOCÊS!

Aos meus irmãos, Luan e Thiago, por me tornar capaz de enfrentar novos desafios sabendo que vocês estarão sempre ao meu lado, como também ao meu noivo Rafael, por todo o amor, carinho e compreensão durante esses cinco anos de curso.

À professora e orientadora, Aliceane Almeida, por toda sua atenção, dedicação e esforço para que eu pudesse ter confiança e segurança na realização deste trabalho.

À professora Débora e a Assistente Social Romilda Nascimento por terem aceitado o convite em fazer parte da banca examinadora. Minha gratidão pela generosidade em compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos profissionais nessa trajetória acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores do Departamento de Serviço Social que contribuíram de forma significativa nesta minha formação.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE pela riquíssima experiência de estágio que a mim foi concedida.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação profissional. Muito obrigada!

“Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para pessoas com deficiência resultarão em se projetar um mundo flexível para todos. O que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã.”

(Declaração de Madri, 2003).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da experiência acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais município de Campina Grande-PB. Foi a partir dessa inserção que este trabalho propôs-se a compreender os aspectos relacionados ao Serviço Social e a Pessoa com Deficiência na APAE/CG destacando as demandas e possibilidade do exercício profissional. Nesse sentido, descrevemos a gênese e as ações interventivas do trabalho do Assistente Social na instituição bem como a institucionalização do Terceiro setor na sociedade e por fim os desafios dos direitos sociais da pessoa com deficiência que são postos para o trabalho do Assistente Social. A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico e documental auxiliando na discussão autores como Yamamoto (1992), Paulo Netto (1999), Yazbek (2009), Aranha (2001), Debei (2007), Montanõ (2007), entre outros. Dessa forma foi possível constatar que o Assistente Social necessita se apropriar de conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo no seu âmbito de atuação para que seu trabalho possua criticidade e capacidade de construir novos caminhos em busca da ordem societária atual que impõe inúmeras barreiras no campo das políticas sociais e serviços socioassistenciais.

Palavras-Chave: Serviço Social. Pessoa com Deficiência. Terceiro Setor. APAE.

ABSTRACT

This work is the result of the academic experience of supervised practice in Social Service, conducted at the Association of Parents and Friends of Exceptional People, located in the city of Campina Grande-PB. Based on these information, it was necessary to understand the aspects related to the Social Service and the person with disabilities in the APAE/CG, highlighting the demands and possibilities of professional exercise. Thus, they were described the genesis and intervention actions of the Social Worker in the institution as well as the institutionalization of the third sector in society and finally the challenges of the social rights of people with disabilities, like job market of the Social Worker. The methodology used was a bibliographical and documentary nature assisting in the discussion of authors such as: Iamamoto (1992), Paulo Netto (1999), Yazbek (2009), Aranha (2001), Debei (2007), Montaña (2007), among others. In this way, it was possible to verify that Social Worker needs to appropriate ethical-political, theoretical-methodological and technical-operational knowledge in its areas of expertise for your work reach criticality and capacity to construct new paths in search of the current corporate structure that imposes numerous barriers in the fields of policy and Assistance Social.

Keywords: Social Service. Disabled Person. Third sector. APAE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AAIDD	Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ONGs	Organizações não Governamentais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organizações Sociais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: reflexões sobre a gênese da profissão e alguns marcos importantes no Brasil	13
2.1	Trajetória do Serviço Social no contexto brasileiro.....	13
2.2	O Projeto Ético Político e os instrumentos legais do Serviço Social.....	15
2.3	Os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social e as exigências da profissão na contemporaneidade.....	17
3.	PESSOA COM DEFICIÊNCIA: do silêncio na história ao reconhecimento e convívio social	20
3.1	Notas iniciais sobre as diversas visões da pessoa com deficiência e sua relação com a sociedade	20
3.2	O conceito e os tipos de deficiência.....	24
3.3	A substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual.....	25
4	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: O caso da APAE-CG	26
4.1	Considerações sobre o Terceiro Setor e sua relação com o Estado.....	26
4.2	A inserção do Serviço Social nas Organizações não Governamentais (ONGs).....	29
4.3	O Serviço Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: demandas e possibilidades do exercício profissional.....	32
	CONSIDERAÇÕES	36
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa apresentada surgiu através da experiência acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) município de Campina Grande-PB. Foi a partir da observação participante e de conversas com a Assistente Social que se manifestou a motivação em problematizar as inúmeras demandas postas ao Serviço Social e como são os posicionamentos dados pela Supervisora de Campo e Assistente Social da Instituição.

A APAE configura-se como uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e certificado de filantropia, tem como missão a filosofia de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação e apoio à família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a formação de uma sociedade mais justa e solidária. Essa instituição atende em média 444 usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla, em idade de 0 a 100 anos, oferecendo serviços de educação e saúde.

Nesta perspectiva, objetiva-se compreender os aspectos relacionados ao Serviço Social e a Pessoa com Deficiência na APAE, destacando as demandas e possibilidades do exercício profissional.

Historicamente, o Serviço Social constituiu-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais. Desse modo, o trabalho do Assistente Social tem por objetivo segundo Iamamoto (1997, p. 40) “transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade”. Essa ação reflete sobre o modo de viver e de pensar, a partir de situações que são vivenciadas no cotidiano a que se vincula o profissional contratualmente. Assim, a profissão caracteriza-se essencialmente interventiva nas múltiplas expressões da “questão social” tendo por finalidade a redução das desigualdades e injustiças sociais como também a autonomia dos sujeitos e acesso aos direitos que permeiam especificamente a vida das pessoas com deficiência.

Porém, para efeito do presente trabalho, e que será aprofundado posteriormente, considera-se pessoas com deficiência as situações de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Além desses fatores, conhecer o contexto social em que estamos inseridos, as diferentes formas de enxergar o indivíduo com deficiência, a gestão das políticas sociais e como o Estado vem interferindo para viabilizar e garantir os direitos da pessoa com deficiência torna-se fundamental.

Dessa maneira, o Terceiro Setor surge como um instrumento vinculado ao projeto neoliberal que indica a transferência dos serviços sociais do Estado para a sociedade civil, favorecendo a criação de um novo espaço sócio ocupacional para diversas profissões, dentre elas, o Serviço Social.

O Terceiro Setor como espaço sócio ocupacional de atuação do Assistente Social juntamente com suas condições de trabalho vem sendo afetadas pela reestruturação do capital, o qual determina o surgimento de novas demandas e exige respostas profissionais qualificadas, direcionadas pelos valores e princípios do Código de Ética Profissional.

A metodologia utilizada na pesquisa partiu de pesquisas bibliográfica e documental que segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas está na natureza das fontes. Para levantar as discussões no desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados autores como: Iamamoto (1992), Yazbek (2009), Paulo Netto (1999), Alencar (2009), Mota (1985), Miranda (2003), Aranha (2001), Sassaki (2012), Montaña (2007), Debei (2007), Lima (2011), entre outros importantes autores.

A relevância acadêmica deste estudo se dá pela contribuição para pesquisas desenvolvidas sobre a temática em questão, destinando a importância do debate sobre a atuação do Assistente Social em ONGs, no caso da APAE. Já a relevância social reside no fato de esclarecer para a sociedade, levando em consideração a importância deste debate como auxílio para a garantia de melhores condições de vida a pessoas com deficiência que estão inseridas no interior da instituição.

O estudo está dividido em três seções. A primeira seção aborda de forma cronológica a trajetória do Serviço Social brasileiro, descrevemos os instrumentos legais do Serviço Social e os novos espaços sócios ocupacionais do assistente social trazendo as exigências da profissão na contemporaneidade. Na segunda seção, a análise centrou-se na discussão da Pessoa com Deficiência traçando sua trajetória de reconhecimento e convívio social bem como, o conceito e os tipos de deficiência e a substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual. Na terceira e última seção, apresentaremos algumas considerações sobre o Terceiro Setor e sua relação com o Estado, à inserção do Serviço Social nas

Organizações não Governamentais (ONGs) e a caracterização da APAE-CG abordando os limites e possibilidades do exercício profissional do Assistente Social seguidas das Considerações e Referências.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: reflexões sobre a gênese da profissão e alguns marcos importantes no Brasil

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, situando-se no processo de reprodução das relações sociais. No decorrer deste capítulo será abordada a emergência dessa profissão no Brasil na década de 1930, o Projeto Ético Político Profissional e seus instrumentos legais que expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria. Os campos de atuação do Assistente Social estão presentes em diversos espaços sócio ocupacionais, contribuindo de modo significativo em busca de estratégias com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras sendo, portanto, uma profissão voltada para a intervenção direta na realidade.

2.1 Trajetória do Serviço Social no contexto brasileiro

Partindo da década de 1930, faremos um sucinto percurso histórico no âmbito do processo de institucionalização e legitimação da profissão de Serviço Social no Brasil.

Nesse período, o país enfrentava diversos acontecimentos nos setores político, econômico e social como nos lembra Lima (1983), a Revolução Russa e os problemas derivados da quebra da bolsa de Nova York em 1929, ocasionando a mudança política financeira. Resultando assim, para o Brasil a queda do preço do café, principal produto de exportação, gerando altos custos de vida e como consequência absoluta a extensão da pobreza.

A década de 1930, segundo Frederico (2009) foi marcado por alterações na forma de atuação do Estado, este não se limitou a intervir nos rumos da economia, mas a efetuar uma ação coesa em todas as franjas da vida social. Com isso, as particularidades desse processo no Brasil indicam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos utilizados pelo Estado e empresariado, tendo o suporte da Igreja Católica na visão de regular e enfrentar a Questão Social. De acordo com Yasbek (2009, p. 6):

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção/ atribuição da identidade da profissão.

Diante desse contexto o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo e outras medidas de cunho paternalista, controlador e assistencial.

No ano de 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social no país. Tendo início a partir do “Curso Intensivo de Formação para Moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, direcionado pela professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica Mlle. Adele Loneaux. O objetivo do CEAS era “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação na formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”. (IAMAMOTO, 2008, p. 169).

A questão social é visualizada do pensamento social da Igreja como questão moral. Tratando-se de um enfoque conservador, individualista que encontrará no Serviço Social possibilidades de desenvolvimento. É nessa relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro fundamentou a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientado por posicionamento de cunho humanista conservador em oposição aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da questão social.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, a partir dos anos 1940 estendendo-se até 1950, a ser marcado pelo tecnicismo influenciado pelo Serviço Social norte-americano permeado pelo caráter conservador da teoria social positivista. As influências de Mary Richmond com o “Serviço Social de caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade” marcaram o Brasil durante essas décadas. Essas práticas deram início a “Organização e Desenvolvimento de Comunidade”, onde eram feitas abordagens individuais e com grupos buscando o desenvolvimento da comunidade.

Nesse contexto, a legitimação profissional expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho que vai “colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão”. (YAZBEK, 2009, p. 5).

O questionamento a este referencial surge no cenário de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que expressam nos anos 1960 novos ajustes que caracterizam a expansão do capitalismo mundial e impõe a América Latina um novo estilo de desenvolvimento exclusivo e subordinado.

Assim, a profissão exhibe inquietações e insatisfações desse momento histórico, direcionando suas indagações ao Serviço Social tradicional através de um imenso movimento em diferentes níveis sendo estes: teórico, metodológico, operativo e político. Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana:

Questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade da população. (ORTIZ, 2010, p. 162).

Ou seja, é no bojo desse movimento que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a tomada de outra matriz teórica: a teoria social de Karl Marx.

Posicionado do ponto de vista sócio-político, é, portanto com esse referencial que a profissão indaga sua prática institucional e ao mesmo tempo se aproxima dos movimentos sociais. Iniciando-se assim, a vertente envolvida com a ruptura e o Serviço Social tradicional nas décadas de 1970 e 1980 que daremos continuidade na seguinte subseção.

2.2 O Projeto Ético Político e os instrumentos legais do Serviço Social

O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro foi construído na transição das décadas de 1970 e 1980 consolidando-se nos anos de 1990, como fruto das ideias expostas durante e após o Congresso da Virada (1979) ¹.

Considerando-se assim, uma reviravolta para o Serviço Social, ou seja, este Congresso deu o suporte para que o Projeto Ético Político pudesse ampliar e nortear sua luta como também, sua atuação para com a classe trabalhadora, encontrando na teoria marxista a resposta para os problemas sociais.

Para Paulo Netto (1999, p. 95), o Projeto Ético Político Profissional é definido da seguinte maneira:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e

¹ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o “Congresso da Virada”, é considerado um marco onde os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, romperam com a dominância do conservadorismo, conseguindo assim, instaurar na profissão o pluralismo político (NETTO, 1999). Tal Congresso foi realizado de 23 a 27 de setembro de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi em São Paulo.

estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

Diante disso, podemos observar nos elementos constitutivos do Projeto Ético Político do Serviço Social “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (Idem, p.98). Este projeto é e sempre será uma construção histórica, que tem em seu núcleo segundo Paulo Netto (1999), o reconhecimento da liberdade como valor ético central, um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Então, não nos restam dúvidas de que o Projeto Ético Político do Serviço Social está intimamente ligado a um projeto societário que apresenta a construção de uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. É a partir destas colocações que o projeto se fundamenta e afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a rejeição dos preconceitos contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

A dimensão jurídica do Projeto Ético Político é composta pelos seguintes elementos legais: O Código de Ética Profissional/1993, a Lei nº 8.662/1993 que Regulamenta a Profissão do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares e as Organizações representativas da categoria: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O Código de Ética do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993, foi o resultado de um amadurecimento das reflexões iniciadas na elaboração do Código de 1986, o qual se revelou insuficiente, tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

São muitas as frentes de luta em que atuam os Assistentes Sociais e essas atuações são definidas pelo Código de Ética e pelos instrumentos normativos que constituem mecanismos de reflexão ética a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

A Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão e substituiu a legislação anterior que vigorava desde 1957, representou para os assistentes sociais uma das principais marcas da história da profissão no Brasil. Trazendo em seu corpo competências,

atribuições privativas do assistente social, representação da categoria e funcionamento do conjunto CFESS/ CRESS.

Assim, entendemos que o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação (1993) e as Diretrizes Curriculares são expressões do projeto profissional renovado, critico que indica a superação da ordem capitalista, estabelecendo mediações para o exercício da profissão.

Ao mencionarmos as Diretrizes Curriculares, podemos observar que elas receberam essa nomenclatura através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passa a formalizar a educação em curso passando a ser segundo Koike (2009, p.14):

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, competente imperativo do projeto profissional, as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, estão pautadas em princípios que na presente quadra indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social.

As diretrizes curriculares estão organizadas por núcleos articulados entre si e possui em sua composição a fundamentação da vida social, a formação sócia histórica da sociedade e do trabalho profissional que implica capacitação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa. Diante das reflexões supracitadas, nos é notório a real importância do Projeto Ético Político e seus instrumentos legais para o exercício profissional, o desafio está em guardar as conquistas que lhes deram legitimidade intelectual e moral e fazê-la avançar perante a democratização e igualdade.

2.3 Os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social e as exigências da profissão da contemporaneidade

A investigação dos espaços sócio ocupacionais do Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado propõe associá-los a totalidade histórica motivando as formas que o capital assume no processo de acumulação no contexto da crise mundial.

As estratégias defensivas incidem na relação de Estado e sociedade de classes, especificamente, na década de 1990 do século XX, alterando a forma que o Estado assumiu a destinação do fundo público, a tecnologia, as formas de organização da produção de bens e serviços (reestruturação produtiva), o consumo da força de trabalho e as expressões associativas da sociedade civil.

O mercado na perspectiva liberal acaba por regular as relações sociais impulsionando a competição e o individualismo desarticulando as formas de luta e negociação coletiva. Neste cenário aumenta o desemprego, a desregulamentação, informalização das relações de trabalho e crescem as políticas focalistas o que ocorre uma reorientação do gasto público em favor do grande capital em detrimento da economia política do trabalho.

A despolitização da classe subalterna e sua divisão por categorias faz parte da estratégia política e ideológica de legitimação do poder de classe. O consentimento de classe é alimentado pela mídia, iniciativas empresariais e pela reestruturação do Estado e suas correspondentes políticas sociais que passam a organizar-se na análise da privatização, focalização e descentralização solo onde se inscreve o trabalho dos Assistentes Sociais.

Conforme Iamamoto (1992) o espaço profissional é um produto histórico condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico práticas densas de conteúdo político dado pela categoria profissional.

Assim, o espaço profissional não pode ser mantido na visão de demandas já consolidadas socialmente, achando-se necessário um distanciamento crítico do quadro ocupacional e a apropriação das ações potenciais que se abrem historicamente à profissão na realidade.

Portanto, a prática profissional processa-se pela mediação do trabalho assalariado que tem no âmbito do Estado os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais do Assistente Social, o qual é introduzido nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais e ou empresariais, como também é estabelecida a relação do profissional com o objeto de seu trabalho: as múltiplas expressões da questão social. Ou seja, o significado do Assistente Social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade.

Muitos são os espaços ocupacionais do Assistente Social dentre eles podemos citar a esfera estatal sendo este profissional um dos mediadores do Estado na intervenção de conflitos que ocorrem, segundo Raichelis (2009), principalmente, nos âmbitos doméstico e familiar, atuando exclusivamente nas Varas da Infância, Juventude e Família, nas manifestações da questão social, expressas pela violência contra a mulher, à infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil; já o trabalho dos Assistentes Sociais nas empresas capitalistas

esteve mais presente nos anos 1980, período em que o contexto brasileiro favorece a ampliação do mercado de trabalho como nos afirma Mota (1985, p. 16):

A presença do Assistente Social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o Assistente Social para desenvolver um trabalho de cunho educativo junto ao empregado e sua família.

É desse modo, que as empresas capitalistas conseguiram controlar e disciplinar a força de trabalho, participando positivamente da dinâmica de reprodução social da classe trabalhadora.

Por fim, a atuação de Assistentes Sociais nas organizações privadas não lucrativas, tido na interpretação governamental como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), é considerada como um setor “não governamental”, “não lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social que daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por “organizações da sociedade civil de interesse público”.

Condensado, a partir da década de 1990 no marco da redefinição do papel do Estado no Brasil e suas relações com a sociedade, este espaço delineou novas margens para o mercado de trabalho do Assistente Social com novas funções, requisitos, habilidades, atribuições, sob novas condições e relações de trabalho com incidências sobre a autonomia profissional o que requer do profissional, segundo Alencar (2009), o domínio de conhecimento e saberes, análises das relações de poder e da conjuntura, diagnóstico social e indicadores sociais no sentido de estabelecer demandas e definir as prioridades de ação, domínio dos processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais.

É na conjuntura das ONGs que os Assistentes Sociais, conforme Duarte (2010) concretiza sua atuação no trato à “questão social”, assim, as particularidades e tendências para o Serviço Social emergem no espaço das ONGs inspirando novos desafios para a materialização do Projeto Ético-Político e Profissional. Na 4º seção deste trabalho, aprofundaremos o papel desenvolvido pelo Serviço Social na APAE-CG, a qual é tida como uma instituição sem fins lucrativos e que compreende o Terceiro Setor.

3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA: do silêncio na história ao reconhecimento e convívio social

A existência da pessoa com deficiência na sociedade nem sempre foi observada como característica da condição humana. Por isso, consideramos necessário neste capítulo, analisar o modo de como a humanidade tem percebido esses sujeitos ao longo da história, em seguida destacamos o conceito e os tipos de deficiência segundo os Decretos nº 3.298/1999 e 5.296/2004. Por fim, é fundamental ressaltar a substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual sendo mais apropriado o termo “intelectual” por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não funcionamento da mente como um todo.

3.1 Notas iniciais sobre as diversas visões da pessoa com deficiência e sua relação com a sociedade

Existem diferentes formas de enxergar a pessoa com deficiência no percurso da história da humanidade. Desse modo, podemos considerar que a visão sobre a deficiência é social e historicamente construída “isso significa dizer que, em cada momento histórico, ela foi vista de uma determinada maneira, dependendo da cultura, do acesso às informações, crenças, convicções e entendimentos” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Na Antiguidade, as atividades econômicas se fundamentavam em agricultura, pecuária e artesanato as quais eram realizadas pelo povo que não possuía poder político, econômico e social. Contando com apenas dois grupos sociais (a nobreza e os servos), a vida só tinha valor para os senhores que detinham tais poderes já os demais eram considerados sub-humanos e dependentes economicamente. A pessoa com deficiência, como qualquer outra pessoa do povo, também parecia não ter importância enquanto ser humano, já que sua exterminação não demonstrava ser problema ético ou moral (ARANHA 2001).

Já na Idade Média, com o surgimento do cristianismo, o cenário se transformou momento em que todos passaram a ser considerados filhos de Deus e portadores de uma alma. Aranha (2001) explica que a abordagem ao diferente variava de grupo a grupo, alguns eram mortos, outros punidos por acreditar que a doença, a fraqueza e a deficiência são consequências de possessão demoníaca. Porém, em função da natureza religiosa, as pessoas com deficiência não podiam ser eliminadas e com isso foram ignoradas à sua sorte, buscando a sobrevivência através da caridade humana.

Segundo Oliveira (2010) ainda nesse período foi instalado na Igreja Católica um quadro generalizado de abusos e manifestações entre as atitudes e os discursos religiosos, colocando em risco a hegemonia do poder da Igreja. Dessa forma:

Na tentativa de se proteger de tal insatisfação e manifestação, esta inicia em nome de Deus um dos períodos mais negros da história da humanidade: o da caça e exterminação dos que passou a chamar de hereges e “endemoniados” (ARANHA, 2001, grifos da autora p. 4).

A partir desse momento, cartas papais foram redigidas orientando como as pessoas que estimulavam doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja fosse tratado, a estes se recomendavam torturas, açoites, outras punições severas e até fogueira.

Indignado, diante desse processo, Martinho Lutero iniciou uma nova igreja marcada por atitudes opostas: uma forte rigidez ética, religiosa e moral, aliada a mais absoluta intolerância, o qual era carregado com a noção de culpa e responsabilidade pessoal. No entanto esperava-se alguma alteração nas relações da sociedade com a deficiência, tal fato não se deu concebendo a deficiência como “fenômenos metafísicos, de natureza negativa, ligados à rejeição de Deus, através do pecado, ou à possessão demoníaca” (ARANHA, 2001, p. 5).

No século XVIII, a burguesia passou a defender a concepção de que os indivíduos não eram iguais e que achava necessário respeitar as diferenças para legitimar a desigualdade social. No que se refere à deficiência, surgiram novas ideias quanto à organicidade de sua natureza, passando a ser tratada através da magia, astrologia e métodos da medicina. Dessa maneira, começaram a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos caracterizados como lugares para confinar, ao invés de tratar as pessoas (ARANHA, 2001).

No Brasil, a sociedade começou a se interessar pela assistência aos deficientes a partir do século XIX, tendo por influência as experiências dos educadores da Europa e dos EUA. No âmbito da deficiência visual, conforme Oliveira (2010) foi fundado em 1854 pelo Imperador D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que mais tarde foi substituído pelo Instituto Benjamin Constant. No ano de 1857, foi iniciado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, nos dias atuais chamado de Instituto Nacional de Educação (INES), ambos os institutos foram “criados pela intercessão de amigos ou pessoas institucionalmente próximas ao Imperador, que atendeu as solicitações, dada a amizade que com eles mantinha” (ARANHA, 2000, p. 23).

Mediante disso, podemos compreender que o início dessa trajetória em relação às pessoas com deficiência no Brasil é marcada por uma visão social caridosa e assistencialista

sendo esta uma prática comum nos países naquela época que mantinham essas pessoas como dependentes e necessitadas.

Com relação aos deficientes mentais foi fundada em 1932, sob a liderança de Helena Antipoff², a primeira Sociedade Pestalozzi do país, com sede em Belo Horizonte. Influenciado por esta Sociedade, foi criado, em 1935, o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, cuja expansão chegou ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Em 1954, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a primeira APAE³ (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que se caracteriza por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Hoje, no Brasil, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e Assistência Social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com estes tipos de deficiência. Detalharemos nossa discussão sobre esta instituição, especificando a APAE no município de Campina Grande-PB na 4ª seção deste trabalho.

Miranda (2003, p. 4) nos afirma que “nesta época houve uma expansão de instituições privadas de caráter filantrópico sem fins lucrativos, isentando, assim, o governo da obrigatoriedade de oferecer atendimento aos deficientes na rede pública de ensino”. A consolidação da prática institucional para pessoas com deficiência logo se converteu em ambientes segregados, constituindo o primeiro paradigma da relação sociedade- deficiência: o Paradigma da Institucionalização. Este se caracterizou:

Pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais distantes de suas famílias. Assim, ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional (ARANHA, 2001, p. 8).

Somente em meados do século XX, que esse paradigma começou a ser questionado e a pressão oposta vinha em diferentes direções que segundo Aranha (2001, p. 10) “primeiramente tinha-se o interesse do sistema, ao qual custava cada vez mais manter a população institucionalizada na improdutividade e na condição de segregação; [...] tinha-se

² Helena Antipoff nasceu em 1882 na cidade de Grodno, província da Bielorrússia. Aos 17 anos, ingressou na Sorbone, Paris, e mais tarde seguiu para Suíça. Em 1929, veio para o Brasil, a convite do governo de Minas Gerais para aplicar os seus conhecimentos no estado. Antipoff, grande pesquisadora e educadora da criança portadora de deficiência, fundou em Belo Horizonte, Minas Gerais, a primeira Sociedade Pestalozzi do país, iniciando o movimento pestalozziano brasileiro, que conta, atualmente com centenas instituições espalhadas por todo o Brasil. Disponível em: < <http://www.fenapestalozzi.org.br/patronos/> > Acesso em: 03 out. 2017.

³ A rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. São 2.165 APAE's e entidades filiadas, coordenadas por 24 Federações Estaduais, abrangendo todos os estados brasileiros para atender cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente. Disponível em: < <http://apae.com.br/> > Acesso em: 03 out. 2017.

por outro lado, o processo geral de reflexão e de crítica (sobre direitos humanos e sobre o direito das minorias)”.

Permanecendo por vários séculos, o paradigma da institucionalização fracassou na busca da restauração do funcionamento normal, iniciando o movimento pela desinstitucionalização, fundamentado na ideologia da normalização, considerado como uma nova tentativa para introduzir a pessoa com deficiência na sociedade, ajudando-a a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do normal (ARANHA, 2001).

Como resposta a esse processo, a década de 1960, representou um marco na transformação da relação sociedade-deficiência obtendo assim, o estabelecimento de um segundo e novo paradigma: o Paradigma de Serviços. Ou seja, para que as pessoas com deficiência tivesse uma vida baseada na ideologia da normalização era necessário que a sociedade disponibilizasse serviços em diversas áreas com o intuito de deixá-los prontos para o convívio social. De acordo com Aranha (2008, p. 15) apud Oliveira (2010, p. 34):

Entidades financiadas pelo poder público passam a oferecer à pessoa com deficiência um amplo leque de modalidade de serviços, na sua maior parte em ambiente segregado, mantendo-os disponíveis até que esta fosse considerada ‘pronta’ para sua integração na comunidade.

Em função desse debate, a ideia de normalização começou a perder força e aumentou a discussão no que se refere à pessoa com deficiência como um cidadão como qualquer outro, detentor dos mesmos direitos, independente do tipo de deficiência e grau de comprometimento.

Foi fundamentado nestas ideias que surgiu o terceiro paradigma: o Paradigma de Suporte. Este se caracteriza “pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (ARANHA, 2001, p. 19). Ou seja, tal paradigma luta em favor da alteração da sociedade como pré-requisito, para que a pessoa com deficiência possa adquirir seu progresso e cidadania.

Em relação aos suportes estes podem ser sociais, econômicos, físicos, instrumentais e psicológicos que venham favorecer a inclusão social a qual prevê segundo Aranha (2001) intervenções decisivas e incisivas tanto no processo de desenvolvimento do sujeito quanto no processo de reajuste da realidade social para que possam contrair condições de acesso ao espaço na sociedade.

Concluindo esse trajeto histórico, Oliveira (2010) elucida que na década de 1970 foram estabelecidos em sociedade declarações, legislações, tratados e convenções representando um progresso na maneira de perceber a pessoa com deficiência. No final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, as instituições e organizações que prestavam atendimento às pessoas com deficiência, compreendem que integração não era suficiente por si só, para pôr fim à discriminação e permitir a essas pessoas participação plena na sociedade, utilizando o suporte para sua viabilização, como também, a igualdade de oportunidades que for necessário para ocupar seu lugar na vida em comunidade.

3.2 O conceito e os tipos de deficiência

Ao se referir a pessoa com deficiência, o primeiro pensamento que surge é a imagem de cadeira de rodas, muletas, malformação, perda ou ausência de membros, déficit dentre outros. Ampliando ainda mais esse tratamento equivocado a palavra deficiência, Sasaki (2012, p. 2) nos diz que esta “tem sido substituída por termos tais como: incapacidade, limitação, invalidez, defeito, desvantagem, como se fossem sinônimos”. Com isso, se faz necessário conhecer o conceito de deficiência para que a sociedade abrace a inclusão e passe a conviver com as diferenças. Sendo assim, o Decreto nº 3.298/1999 considera deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

As causas podem ser de origem genética ou aquelas adquiridas ao longo da vida. No Decreto nº 5.296/2004 da legislação brasileira está classificado os diferentes tipos de deficiência como:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...] exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, [...] c) deficiência visual: cegueira [...]; a baixa visão [...]; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas [...]; e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências...] (BRASIL, 2004).

Mesmo que nos dias atuais possamos descrever a deficiência e determinar o tipo de cada uma delas, as marcas deixadas ao longo dos anos com relação ao preconceito e discriminação a essa parcela da população, ainda vigora.

Aranha (2001) nos diz que a democratização da sociedade brasileira passa pela construção de efetivo respeito a essas pessoas, que a duras custas procura conquistar um espaço ao qual, por lei, tem direito. Desse modo, se abrem possibilidades para que sejam desenvolvidas políticas de inclusão que os introduzam em diversos espaços da sociedade sem distinção do nível e grau da deficiência.

3.3 A substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual

O termo deficiência intelectual⁴ surgiu nos primeiros anos do século XXI. Tal termo, conforme Sousa (2011, p. 25) “aos poucos, foi e vem sendo empregado no âmbito das reflexões e discussões políticas dos movimentos sociais referentes à pessoa com deficiência”.

Essa nomenclatura veio substituir a denominação deficiência mental, que ainda podem ser visualizadas na legislação brasileira no tratamento as pessoas com deficiência. Sasaki (2007) elucida que tudo partiu de um processo sendo pressionado por um movimento mundial em prol da mudança do termo e do nome, passando de “deficiência mental” para “deficiência intelectual”, como várias organizações americanas e de outros países já haviam feito.

Sousa (2011) nos diz que os conceitos sobre a deficiência intelectual foram construídos através da evolução das ciências naturais, humanas e sociais no decorrer do processo de racionalização, conflitos e transformações das relações sociais. Desse modo a Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) conceitua a deficiência intelectual como:

Uma deficiência caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizagem, resolução de problemas) como no comportamento adaptativo, que abrange uma variedade de habilidades sociais e práticas diárias. Essa incapacidade se origina antes da idade de 18 anos (AAIDD, 2010, p.1).

Existem diversas causas da deficiência intelectual que focaliza os tipos de fatores de risco (biomédico, social, comportamental e educacional) e o momento da exposição (pré-natal perinatal e pós-parto). Ainda, segundo a AADID (2010), o principal motivo para avaliar e classificar pessoas com deficiência intelectual é a adaptação sob a forma de um conjunto de estratégias e serviços prestados durante um período sustentado.

⁴ O termo deficiência intelectual foi introduzido na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual. Este documento foi o resultado das discussões feitas na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, na cidade de Montreal – Canadá, nos dias 05 e 06 de outubro de 2004, sendo realizada pela Organização Pan-americana de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde (OPM/OMS). Disponível em: < <http://www.adiron.com.br/arquivos/Montreal.pdf> > Acesso em: 7 out. 2017.

A finalidade é melhorar o desempenho das pessoas em seu próprio ambiente, para que possam levar uma vida mais sucedida e satisfatória. Parte desse aprimoramento é analisado em termos de autoestima, bem estar subjetivo, orgulho, engajamento na ação política e outros princípios de auto identidade.

Soma-se a essa linha de pensamento as lutas e conquistas da pessoa com deficiência intelectual em que o Estado tem a obrigação de proteger esses indivíduos contra abuso, discriminação, maus tratos ou castigo cruel, desumano ou degradante. Estes são cidadãos que possuem o livre exercício de seus direitos civis, políticos e sociais, no acesso e na inclusão social nas políticas públicas e nos planos nacionais que lhes dizem respeito criado por intermédio de reivindicações dessa parcela da população.

4. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: O caso da APAE-CG

Refletir sobre a prática profissional do Assistente Social em ONGs resulta em limites e possibilidades dessa atuação para o fortalecimento da sociedade civil. Como sabemos, há transferência de responsabilidade estatal para as ONGs o que gera mercantilização das necessidades sociais, provado no âmbito da saúde, educação, dentre outros. Aqui, discutiremos um dos campos de atuação do Serviço Social que compreende as instituições sem fins lucrativos, como é o caso da APAE. Os tópicos a seguir mostrarão a relação do terceiro setor com o Estado destacando suas três modalidades que prestam serviços sociais como também, a inserção do Serviço Social nas ONGs e as relações de trabalho que envolve o assistente social nas mesmas. Por fim, enfatizaremos o Serviço Social na APAE, descrevendo sua ação profissional dando visibilidade as suas competências e especificidades na instituição.

4.1 Considerações sobre o Terceiro Setor e sua relação com o Estado

A expressão “Terceiro Setor” é uma tradução do termo em inglês “*third sector*” que foi consolidado nos Estados Unidos no final da década de 1970, através de uma pesquisa idealizada por John D. Rockefeller Third na “*Commission on Private Philantropy and Public needs*” que demonstrava a abrangência das iniciativas privadas com caráter público e sua integração com o Estado dentro da sociedade norte-americana (Debei, 2007).

No Brasil, a expressão chega por intermédio da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentado ao mundo através de empresas e intelectuais aliados à burguesia para desenvolver ações direcionadas a refilantropização no trato da “questão social”, o que sinaliza segundo Montañó (2007) uma ligação com os interesses de classe nas transformações necessárias a alta burguesia.

Em relação ao surgimento do terceiro setor Montañó (2007, p. 55) enfatiza que:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado. Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não governamentais”. Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia dos séculos XV a XIX.

Como exposto, tal termo foi criado para resolver a dicotomia entre o público e o privado, onde o Estado (primeiro setor) é o público o qual utiliza de bens públicos para fins públicos e o mercado (segundo setor) sendo identificado como privado, visando benefícios particulares e lucro.

Pinto (2008, p. 27 apud SILVA, 2004, p. 137), “subdivide em três modalidades as organizações privadas que prestam serviços sociais, são elas: as Organizações Sociais (OS), as Organizações Filantrópicas, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Terceiro Setor”.

As Organizações Sociais (OS) prestam serviços de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico à preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Nelas realiza-se um contrato de gestão, em que o poder público repassa para a iniciativa privada recursos, no que configura um parcial processo de privatização conforme o artigo 5º da Lei 9.637/98.

As Organizações Filantrópicas corresponde à Assistência Social beneficente e gratuita. Nelas há o certificado de entidade filantrópica, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Terceiro Setor envolve diferentes tipos de serviços, desde a assistência social a tecnologias alternativas.

A Lei Federal 9.790/99 aborda segundo Thiesena (2009) o que a entidade OSCIP necessita para comprovar que está previsto em seu estatuto: a) não possuir fins lucrativos; b) não possuir qualquer das formas de pessoas jurídicas listadas no artigo 2º desta Lei; c) ter como atividade fim pelo menos uma das listadas anteriormente; d) apresentar cópias autenticadas dos documentos exigidos no artigo 5º desta Lei.

O Terceiro Setor é considerado um fenômeno representado pela mudança de um padrão de resposta à “questão social”, através da desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autoajuda da Sociedade civil. A consequência está na fragmentação do combate a “questão social”, passando a enfrentá-la separadamente (Pinto, 2008), ou seja, retira a responsabilidade estatal na intervenção da “questão social” e transfere para o Terceiro Setor. Afirma-nos Montaño (2002, p. 57): “[...], elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil”.

Mediante a desresponsabilização do Estado e com a sociedade civil frente à “questão social” notamos a privatização do Estado, o enfraquecimento das políticas sociais, a redução de gastos públicos, as políticas econômicas com impactos negativos diante das condições estruturais da produção e do mercado de trabalho, legitimando assim, a lógica neoliberal. Desse modo, o trabalho executado por entidades do Terceiro Setor são transferidos para a população sob a ótica de ajuda e solidariedade, o que vai de encontro à concepção da conquista e consolidação de direitos sociais.

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, aos mesmo que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais. [...] Neste contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade” (ALENCAR, 2009, p. 7-9).

No que concerne à materialização das políticas sociais nesse novo processo histórico, Alencar (2009) citada por Montaño (2002) no diz que a retração do Estado nessa transferência de responsabilidade no enfrentamento da “questão social” para o Terceiro Setor, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais. Atenta-se para o fato de que as organizações do Terceiro Setor são financiadas pelo próprio Estado, o que se configura em “parcerias” no meio de setores - legitimando o esvaziamento dos direitos sociais bem como o recorte das políticas sociais. A crítica que se faz é baseada na lógica de que o Estado deixa de investir nas políticas sociais, o que faz com que elas sejam ofertadas à população tanto no âmbito governamental como não governamental o que leva ao desenvolvimento de políticas precarizadas na área da saúde, assistência, educação entre outras (SILVA, 2011).

Outro aspecto que a referida autora nos chama atenção é o fato das ONGs aparecerem ligadas aos movimentos sociais que interviam no combate a ordem do capital nas décadas 1970 e 1980 sendo que, nesta última década os movimentos sociais entraram em crise a partir do ressurgimento dos sindicatos e da retirada das agências financiadoras internacionais. Diante disso, percebe-se o fortalecimento das ONGs e o afastamento dos movimentos sociais nos qual grande parte da militância irá se introduzir e até mesmo fundar as ONGs a partir da década de 1990.

As entidades articuladas ao Terceiro Setor, de acordo com Pinto (2008), começam a desenvolver uma prática não política, mas harmônica, integradora, de parcerias, objetivando o bem comum e não os interesses de classe. Sucede uma tendência de substituição dos movimentos sociais pelas ONGs, através de parcerias, articulando com o capital e o Estado.

Em suma, constata-se que as ONGs, dispõem de um lugar estratégico no enfrentamento dos problemas sociais, sendo assim, funcionais ao capital. Como também, instala um novo espaço ocupacional em diversas profissões, dentre elas o Serviço Social, que na década de 1990 passou a exigir deste, novas habilidades e competências que serão percorridos no tópico que se segue.

4.2 A inserção do Serviço Social nas Organizações não Governamentais (ONGs)

Depois de levantarmos discussões acerca do surgimento do Terceiro Setor se faz necessário destacarmos neste momento, a inserção do Serviço Social nessas organizações como também, as relações de trabalho que envolve o Assistente Social nas mesmas.

O Assistente Social, tendo por objeto de intervenção as diversas expressões da “questão social” e, sendo um profissional inscrito na divisão sociotécnica do trabalho num campo tensionado pelas relações estabelecidas entre capital versus trabalho (onde a questão social se centraliza) está exposto a sofrer com os reflexos da privatização e da transferência das políticas sociais para as ONGs em resposta à redução do Estado.

O debate em torno da atuação do Serviço Social nas ONGs circunda vários temas, tais como: relação entre Estado e Sociedade Civil, participação social, conflitos de interesses, financiamento de ações, entre outros. Iamamoto (2009, p. 112) destaca que:

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte a racionalização do funcionamento

dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional da “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esse mesmo serviço.

Analisar o exercício do Assistente Social nessas entidades resulta em compreender que a este cabe interpretar as expressões da “questão social” baseando-se na defesa dos direitos sociais assim como dos princípios da equidade, liberdade, justiça social e igualdade. O esforço está, portanto, segundo Yamamoto (2008) em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, em que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na própria realidade atribuindo-lhe a centralidade que deve ter na atuação profissional.

Com a expansão dos espaços sócios ocupacionais, especificamente nas ONGs, é requisitado ao Assistente Social um “aprimoramento profissional de forma contínua” (CFESS, 2011, p.25) expressa no Artigo 2º, alínea “F”, do Código de Ética do Assistente Social; criticidade da realidade social através da intervenção perante as demandas que lhe forem apresentadas, conhecimento da legislação social, planejamento, formulação e elaboração de projetos sociais que envolva e atenda as necessidades dos usuários nas políticas sociais, dentre outros.

O trabalho das ONGs se dá a partir de projetos e programas que são analisados pelos financiadores para serem efetivados ou não, gerando em caso de reprovação uma descontinuidade do trabalho com a saída do profissional apontando para uma rotatividade de Assistentes Sociais, causando assim precariedade, temporalidade e instabilidade ligadas a este tipo de vínculo contratual.

Ocorre, ainda, para o Assistente Social a redução dos salários e das garantias trabalhistas, permitindo que além de continuar descoberto dos seus direitos, aumenta-se a intensificação do trabalho (quantidade e qualidade) em contratos de menos horas (4h, por exemplo). Embora seja um contrato de menos horas oferecido por algumas destas instituições, na prática o assistente social trabalha muito além do contrato, caracterizando a polivalência (sobrecarga de trabalho), bem como o pluriemprego, necessitando procurar outros “postos de trabalho” para suprir suas necessidades materiais (LIMA, 2011, p. 44).

Diante do exposto, é imprescindível uma discussão crítica e reflexiva quanto à forma que esses espaços oferecem para o exercício profissional do Assistente Social. Cabendo a esta

categoria lutar para que essas organizações sejam espaços de estabelecimento dos princípios da ética profissional em busca da emancipação plena e a superação a ordem do capital.

Outra questão importante que necessita ser destacado, no que concerne à inserção do Assistente Social nessas organizações, é o comprometimento com o Projeto Ético Político do Serviço Social. O profissional precisa ter competência para, conforme o Artigo 4º do Código de Ética do Assistente Social “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares” (CFESS, 2011, p. 25); como também garantir e defender suas atribuições e prerrogativas profissionais estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e dos princípios firmados pelo código citado.

Neste momento, podemos fazer menção de algumas atribuições⁵ do Assistente Social, no que se refere à ONG aqui pesquisada – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE são elas: triagem, acolhimento e encaminhamento; visitas domiciliar e hospitalar; reuniões de grupo; reuniões de planejamento junto à coordenação; supervisão de estagiários do curso de Serviço Social; atendimento em grupo e/ou individual do usuário; participação ativa junto à equipe interdisciplinar; promoção de palestras; participação em todos os eventos promovidos pela instituição; avaliação do quadro social dos usuários; elaboração e realização de um plano anual de atividades.

Os Assistentes Sociais encontrados na referida instituição partem da apreensão crítica da realidade, em busca da construção e implantação de estratégias que reforçam os direitos sociais dos usuários, prevenção, orientação e apoio a família, voltadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Aprofundaremos nosso debate no tópico que se segue, caracterizando a APAE-CG dando ênfase ao setor de Serviço Social na qual foi realizada a experiência no campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da UEPB.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social na APAE-CG foi realizado nos semestres 2016.1 e 2016.2 pela UEPB. Esta inserção significou um momento impar na vida acadêmica, muitas são as demandas na instituição, mas, aquela que nos prendeu atenção foi à importância do setor de Serviço Social para a comunidade “Apaeana”. Assim, desenvolvemos tal temática com o objetivo de expandir o papel deste setor no interior da instituição, destacando seu plano de ação que é elaborado anualmente como também, firmando seu compromisso com as famílias na garantia dos direitos sociais.

⁵ Plano de Ação da APAE-CG (2016).

Cabe-nos agora, ressaltar que a supervisão de estágio representada pela Assistente Social, Romilda Nascimento Oliveira⁶, foi muito satisfatória sendo esta uma profissional profundamente dedicada ao que faz que sempre procurou atender nossas necessidades enquanto estagiárias. Durante todo esse período recebemos orientações sobre a construção de novos instrumentos através da supervisora de campo e acadêmica elencada pela professora Aliceane de Almeida Vieira⁷, e ainda em todas as vezes que foi necessário tivemos acesso a orientações individuais, a fim de compreendermos com mais maturidade os conflitos surgidos no decorrer do estágio.

4.3 O Serviço Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: demandas e possibilidades do exercício profissional

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais caracteriza-se como uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada. Foi fundada em Assembleia realizada em 1 de setembro de 1982, estando situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro, nº 525 no bairro do Catolé no município de Campina Grande-PB.

A instituição tem por missão⁸ promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos estaduais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

O público alvo da APAE são as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla composta por crianças, jovens, adultos e idosos oriundos de Campina Grande e cidades circunvizinhas. Totalizando-se em 444 usuários regularmente cadastrados para utilizar os diversos serviços oferecidos pela instituição.

Atualmente possui uma equipe interdisciplinar formada por profissionais com formação nas áreas de: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia, Psicologia, Odontologia e Serviço Social. Além desses profissionais a instituição conta com uma rede de colaboradores que são envolvidos no interior do setor administrativo: diretor, secretárias,

⁶ Supervisora de Campo e Assistente Social da APAE-CG.

⁷ Supervisora Acadêmica e Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira da UEPB Campus I.

⁸ Ver Plano Estratégico, disponível em: < <http://campinagrande.apaepb.org.br/page/plano-estrategico-24251> > Acesso em: 03 nov. 2017.

gerentes de recurso humano e financeiro, recepcionista, agente administrativo, auxiliar guia, auxiliares de serviços gerais, porteiro, entre outros.

Para o atendimento a pessoas com deficiência, como visto em seu quadro de profissionais, a instituição conta com o trabalho da equipe multiprofissional que executa um trabalho interdisciplinar, para que haja possibilidades de resolver de maneira qualificada, certas situações no contexto de vida dos usuários. O Código de Ética do Assistente Social relata em seu Art. 10º, alínea “d”, que é dever do assistente social: “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar” (CFESS, 2011, p. 29). A atuação interdisciplinar visa construir uma prática político profissional que possa dialogar sobre diferentes pontos de vista, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional.

O setor de Serviço Social da APAE é formado por duas Assistentes Sociais que atuam em tempo integral, as quais dispõem de uma sala própria de atendimento, garantindo sua autonomia dentro da instituição como também privacidade no atendimento com o usuário e principalmente o sigilo profissional. Ao chegar à instituição, o usuário é encaminhado ao Serviço Social para ser analisada a possibilidade do mesmo ser inserido na instituição. O primeiro procedimento realizado é uma triagem que resgata a história do usuário desde a gravidez até os dias atuais, com o intuito de compreender a situação socioeconômica que a família está inserida, para em seguida encaminhá-lo para os serviços necessários ao seu tratamento. Caso o usuário chegue e não tenha vaga para o atendimento solicitado, ficará em uma lista de espera e a partir do instante em que houver disponibilidade de vaga o referido setor entra em contato para comunicar.

No que concerne às demandas que chegam à instituição são através de mães ou responsáveis que tem filhos com algum tipo de deficiência e ouviram falar por outros que já conhecem e tem vínculo com a instituição; outros vêm por intermédio de encaminhamento de outras instituições que alegam ora não ter vagas, ora não dispor do tratamento solicitado.

Vale fazer menção que o objetivo do Serviço Social na APAE é prestar serviços de habilitação e reabilitação a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla que vivem em situação de pobreza e não possuem condições financeiras de arcar com as despesas do tratamento. Como também viabilizar o acesso do indivíduo as políticas sociais de Previdência, Assistência Social e Saúde, democratizando informações como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários, que na maioria das vezes não tem conhecimento

dos direitos que possuem e dos programas, projetos e políticas sociais que podem ser inseridos facilitando assim, a aquisição e ampliação de seus direitos como cidadãos.

Ainda que enfrentem dificuldades, a APAE/CG mantém-se resistente a trilhar o caminho de garantir melhores condições de vida aos seus usuários, onde o Serviço Social se faz presente de forma significativa através de acompanhamento no Grupo de Mães, onde são promovidas conversas informais sobre determinados assuntos de interesse coletivo dando oportunidade às mães em compartilhar suas experiências de vida com seus filhos; não podendo nos esquecer do Grupo de Estimulação Precoce no qual se fazem presentes bebês com síndrome de Down juntamente com seus familiares. Nesse grupo, diversos profissionais fazem atendimentos específicos de 30 minutos cada e o Assistente Social atua de forma direta levando assuntos previamente determinados sobre o cotidiano para as mães, em que todas participam e socializam suas experiências, opiniões e questionamentos tornando uma conversa informal e descontraída.

Sobre o exercício profissional do Assistente Social, Guerra (2013) nos diz que ele fundamenta-se em várias dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si.

Tais dimensões, dado o nível de complexidade da própria realidade social, na qual o assistente social atua, bem como das sequelas da chamada questão social, as quais fornecem objetos de intervenção profissional, também se complexificam e se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão se torna capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam. Apesar do reconhecimento de que as dimensões só existem em relação umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo. (GUERRA, 2013, p.46).

Ainda que a autora destaque apenas a dimensão técnico-operativa, ela concorda que a mesma por si só não é o bastante para dar as respostas qualificadas assim, entende-se que as dimensões teórico-metodológica e ético-política têm sua importância para as demandas que aparecem no cotidiano profissional do Assistente Social.

Já faz parte de nosso conhecimento que o Assistente Social lida com as multifacetadas expressões da “questão social” que no seu cotidiano profissional são levantadas demandas que necessitam de respostas para serem atendidas. Como profissional busca em sua atuação uma

direção social, a fim de atender os diferentes e diversos interesses sociais passando a afirmar valores e diretrizes adquirindo assim, o formato de projeto profissional.

A respeito do projeto profissional, Iamamoto (2012) elucida que:

O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro. Tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio- históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto (IAMAMOTO, 2012, p.44 - 45).

Ressalta-se, que é um desafio para o Assistente Social fazer desse projeto um norte para sua atuação profissional, pois é necessário que este articule as dimensões normativas e organizativas com a realidade em que se insere o cotidiano do exercício profissional, principalmente na luta contra o conservadorismo na atualidade. Nessa mesma linha de raciocínio, encontramos no neoliberalismo o estabelecimento de diversos limites para que o exercício profissional seja executado, seguindo os ideais da profissão. Assim, “vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais, a privatização e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social” (IDEM, 2012, p.54).

Podemos citar neste caso, a lista de espera da APAE que a cada dia cresce sem atendimento imediato para todos, o que limita e dificulta o trabalho do Assistente Social. Cabendo a este recorrer em busca de estratégias com o aparato dos serviços socioassistenciais, das políticas sociais, dos programas e projetos que indiquem uma direção para os acontecimentos no cotidiano profissional, desenvolvendo seu trabalho de acordo com o projeto ético político profissional.

É notório observar que o trabalho do Assistente Social na APAE, é de grande importância, o desafio para este profissional é diante de cada contexto de vida dos usuários, criar artifícios de enfrentamento que imprima as possibilidades e limites de seu atendimento pela ação profissional.

Esse e tantos outros são os desafios enfrentados pelo Serviço Social na APAE, todos são reflexos do sistema neoliberal. Há a necessidade de o Assistente Social pensar de modo imediato, analisar minuciosamente cada contexto de vida na qual o usuário esta inserido sempre pautada nas dimensões da profissão e com o Projeto Ético Político Profissional.

CONSIDERAÇÕES

A partir da revisão teórica realizada, constata-se que o Serviço Social é uma profissão habilitada a intervir nas diversas manifestações da “questão social” atuando em diferentes espaços sócios ocupacionais, em especial nas ONGs. Estas são expressões do Terceiro Setor e neste novo espaço são colocados para os Assistentes Sociais desafios, contradições e particularidades que são condicionados no exercício profissional.

Sabe-se que, as instituições sem fins lucrativos, pertencentes ao Terceiro Setor, surgem por intermédio do sistema neoliberal que traz a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais. Portanto, vale ressaltar o papel que as entidades do Terceiro Setor realizam para os variados segmentos segregados da sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência que após conquistas legais como a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) o caminho a percorrer ainda é longo diante do cenário contemporâneo de perdas sociais, privatizações, terceirizações e medidas de cunho neoliberal. No entanto, aponta-se aqui que o Terceiro Setor não poderá ocupar o dever do Estado na formulação e execução de políticas sociais no enfrentamento da “questão social”, ainda que parte das ONGs possa representar um meio de acesso e fortalecimento de lutas e conquistas de direitos.

A APAE é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho eficiente tendo por objetivo principal a garantia dos direitos sociais, a cidadania e a inclusão social da pessoa com deficiência.

A realização do estágio supervisionado em Serviço Social nesta instituição foi primordial para a elaboração deste estudo. O contato com o trabalho profissional do Assistente Social voltados aos usuários e suas famílias através da fala simplificada, do acolhimento, da explicação das leis, contribuiu para o entendimento da prática profissional na intenção de investigar, analisar e refletir nas ações para o enfrentamento das questões sociais postas no cotidiano profissional. O desafio para o Assistente Social é, analisar cada conjuntura de vida, montar estratégias e ter uma solução devida para as demandas que chegam e necessitam de respostas.

Frente a essas colocações, faz-se necessário que sem o conhecimento adequado sobre o Projeto Ético Político Profissional, do qual avançou em elementos como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, não há perspectiva de o Assistente Social executar um trabalho qualificado exigindo, portanto, uma postura proativa e com domínio teórico-metodológico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não-lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva- Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola-** Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000.

_____. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, nº 21, março, 2001. Disponível em: http://devotuporanga.edunet.sp.gov.br/OFICINA/Educa%C3%A7%C3%A3oEspecial_PARADIGMAS_DA_RELAC%C3%87%C3%83O_DA%20SOCIEDADE_COM%20AS_PESSOAS_COM_DEFICI%C3%8ANCIA_19abril_2012.pdf> Acesso em: 10 set. de 2017.

_____. **Sorri Brasil: Trabalho e Emprego:** instrumento de construção da identidade pessoal e social. São Paulo: Sorri Brasil; Brasília: CORDE, 2008.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIAS INTELECTUAL E DO DESENVOLVIMENTO (AADID). **Avaliação, Diagnóstico e Classificação**. Washington, DC: AAIDD, 2010.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília/DF, 1999.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e e 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília/DF, 2004.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 6 de jun. de 2015.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2011.

DEBEI, Audrey. Terceiro Setor: afinal do que se trata? **Revista Eletrônica da FIA**, v. 3, nº 3, jul/dez. 2007.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. Cotidiano Profissional do Assistente Social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGS. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.9, nº 1, p.66-76, jan/jun. 2010.

FREDERICO, Celso. Classes e lutas sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. Editora Atlas: São Paulo, 2002.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Técnico-operativa do Exercício Profissional. In: **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do/da assistente social em questão**. CFESS, 2012.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMA, Adilsimar Saraiva Maciel. **Organizações Não-Governamentais de Manaus: limites e desafios ao Serviço Social**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Unimep, 2003. Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 10 set. de 2017.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “Terceiro Setor”. **Revista Lutas Sociais**, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed.Pulsar, n° 8, p. 53-64, 1 sem. 2002.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elisabete. **O feitiço da ajuda:** as determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e Participação Política:** um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil:** os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E- papers, 2010.

PINTO, Thalita Beline. **Terceiro Setor e Serviço Social:** questões para o debate. 2008. 73f. Monografia (Graduação em Serviço Social)-Universidade Federal do Reio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Deficiência Intelectual e Inclusão. Publicado em duas partes na **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n° 54 (p. 8-11, jan./fev. 2007) e n° 55 (p. 8-10, mar./abr. 2007). Disponível em: <
<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1320>> Acesso em: 07 out. de 2017.

_____. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**. Disponível em: < <http://www.espanholaccessivel.ufc.br/falar.pdf> > Acesso em: 07 de out. de 2017.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Desafios Contemporâneos acerca do Terceiro Setor e Serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>> Acesso: 28 out. 2017.

SOUSA, Carlos Henrique Gomes. **Pessoa com Deficiência Intelectual: desafios para inclusão nas empresas de grande porte do polo industrial de Manaus/AM**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

THIESENA, Rafaela Dalabilia. A Evolução do Terceiro Setor brasileiro e sua relação com o Estado. **Direito em Debate**, ano XVII, nº 1, p. 105-125, jan/jun. 2009.